

A Escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira

TATIANA BERRINGER*

Introdução

Este artigo pretende apresentar como os conceitos de bloco no poder, fração burguesa e principalmente o conceito de burguesia interna – este último desenvolvido por Nicos Poulantzas em *Classes sociais no capitalismo de hoje* (1978) e *Crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha* (1976) – foram empregados para analisar a política no capitalismo brasileiro por um conjunto de autores que se formaram ou que lecionam no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O conjunto das teses desenvolvidas por esses autores constituem o que denominamos Escola de Campinas.

A ideia de burguesia interna de Poulantzas partia da análise de que a atual fase do imperialismo de monopolização do capital, após o fim da Segunda Guerra Mundial, caracteriza-se pela internacionalização produtiva (aumento dos investimentos externos diretos) liderada e coordenada pelos Estados Unidos. Esse processo teria alterado a forma da divisão internacional do trabalho entre centro-indústria e periferia-agricultura/*commodities* para uma forma em que há uma interiorização no seio das formações sociais dependentes das relações de produção capitalistas, que passaram a dominar a dinâmica dos investimentos e da tecnologia. A divisão internacional do trabalho tornou-se uma cadeia imperialista de produção, implantando indústrias nas formações sociais periféricas.

* Professora adjunta do bacharelado de Relações Internacionais e Programas de Pós-Graduação em Economia Política Mundial e Relações Internacionais da UFABC. E-mail: berringer.tatiana@gmail.com

Isso levou à formação de uma nova fração de classe dominante que vai se associar ao capital externo de maneira conflitiva, pois, apesar de dependente, precisará competir para garantir a sua sobrevivência. A burguesia interna, fração burguesa integrante do bloco no poder, é então entendida como uma fração intermediária entre duas outras frações: de um lado, a burguesia compradora, que atua como mera correia de transmissão dos interesses imperialistas no interior da formação social dependente e, de outro lado, a burguesia nacional, que teria propensão a formar alianças com as classes populares em torno da questão nacional – anti-imperialista. Trata-se, assim, de uma fração geralmente ligada às indústrias da transformação e ao setor de serviços, e sua posição política e ideológica em relação ao imperialismo é de fraqueza se comparada à burguesia nacional, pois há uma dissolução da força e do posicionamento político.

Apesar de Poulantzas ter elaborado este conceito para pensar a relação entre as burguesias europeias e o capital estadunidense nos anos 1970, ele foi e é utilizado na análise da relação entre o bloco no poder e o imperialismo no Brasil. A filiação às teses da escola de Louis Althusser, na qual se inscreve a obra de Poulantzas *Poder político e classes sociais*, é uma marca desses estudos. Certamente foi o professor Décio Saes, com a tese de livre docência sobre a formação do Estado burguês no Brasil (1985), quem inaugurou essa escola, e depois orientou muitas das pesquisas que deram seguimento àquelas ideias. Destacam dentro do tema que estamos analisando: Renato Perissinotto (1994) e Angelita Mattos de Souza (2001). Esses trabalhos incorporaram a tese do professor Sergio Silva (1976) do Instituto de Economia, também da Unicamp, referente ao capital cafeeiro e que reelaborou de forma original a tese da existência de fracionamento da burguesia cafeeira na República Velha; desenvolveram então teses sobre a relação das frações de classe, o capital externo e o imperialismo no Brasil. Cabe dizer que, antes disso, Saes (1985a) havia empreendido estudos sobre classes médias e o sistema político brasileiro que são de suma importância para o entendimento da política no capitalismo brasileiro, especialmente para interpretar o populismo e as crises políticas do período de 1930 a 1964.

Já na década de 1970, o professor Armando Boito Jr., em sua dissertação de mestrado, também sob a orientação de Décio Saes e publicada em livro (1982), desenvolveu a análise da relação entre a burguesia interna brasileira e o populismo na crise política do segundo governo Vargas (1954). Ele retomou essa linha de pesquisa na década de 1990 (Boito Jr., 1999). Nos anos 2000 e 2010 continuou a publicar textos sobre o tema (Boito Jr., 2018) e orientou uma série de investigações sobre a burguesia interna brasileira nos governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).¹ Esses trabalhos tiveram impacto no debate político e

¹ Cabe citar algumas dessas teses que analisaram a política brasileira nos anos 2000: Martuscelli (2014); Berringer (2015); Bugiato (2016). Boito Jr. também orientou a tese de Francisco Farias (2017) sobre o bloco no poder no período de 1930-1964.

acadêmico, sendo mais um indicador da procedência de falarmos em Escola de Campinas de análise poulantziana da política brasileira.

Há três elementos que se entrelaçam nessa escola: 1) a utilização do instrumental teórico desenvolvido por Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (1977), com algumas retificações e desenvolvimentos de conceitos como os de bloco no poder, autonomia relativa, bonapartismo, populismo, aliança de classes, frações de classe, frente política, classe média etc.; 2) o debate com algumas teses clássicas da sociologia brasileira para entender a formação e a dinâmica do capitalismo nacional, no qual há uma recusa do ecletismo teórico presente em teses produzidas na USP, em especial por Florestan Fernandes, e uma contraposição a alguns marxistas como Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini e outros; 3) a realização de pesquisas empíricas, com forte análise de documentos e dados primários.

Neste artigo, não pretendemos dar conta em profundidade da amplitude dos temas e das polêmicas presentes em todos esses estudos e em outros pertencentes à mesma tradição que, por razões de ordem prática, não iremos analisar aqui; iremos apenas apresentar os primeiros estudos poulantzianos feitos no Brasil e estabelecer o diálogo entre esses estudos e a formulação do conceito de burguesia brasileira desenvolvido por Gorender (1981) e o conceito de burguesia interna do qual nos valem neste trabalho.

As etapas da história política do Brasil republicano

A tradição que estamos denominando Escola Poulantziana de Campinas não apresenta uma periodização original da história política do Brasil republicano. Incorpora na análise as mesmas rupturas já destacadas por grande parte da bibliografia, como aquelas representadas pela abolição da escravidão, pela proclamação da República, pela Revolução de 1930, pelo golpe militar de 1964 e outras. Porém, tal escola apresenta uma caracterização, esta sim original, para cada uma dessas etapas, configurando, segundo a nossa hipótese, uma nova tradição de análise da política brasileira. É claro também que, ao redefinir a natureza de cada etapa, tais análises redefinem, como consequência, a própria natureza das citadas rupturas políticas. Podemos constatar dois tipos de originalidade na caracterização das referidas etapas. Um primeiro, no qual a tese ou teses principais sobre o período em estudo são completamente novas; e um segundo tipo de originalidade, no qual a tese ou teses sobre o período estudado retificam e refundem ideias já presentes na bibliografia para chegar a um resultado original. Nossa análise, além de não considerar o conjunto de obras dessa tradição, irá tratar pouco dos trabalhos que versam sobre o período mais recente da política brasileira.

A formação do Estado burguês no Brasil

À luz da teoria de Estado capitalista presente em *Poder político e classes sociais* de Nicos Poulantzas, Saes (1985b) ofereceu uma interpretação original para o clássico problema da revolução burguesa no Brasil. Distinguiu claramente a

revolução política burguesa, processo no qual a instituição do Estado e o poder de Estado tornam-se burgueses, da revolução burguesa em sentido amplo, processo no qual as forças produtivas e as relações de produção capitalistas difundem-se numa determinada formação social. Mostrou ainda que a revolução burguesa pode dispensar a direção política da burguesia.

Saes (1985b) primeiramente caracterizou o tipo de Estado e o modo de produção vigentes durante o período colonial e imperial. Em seguida, tratou de analisar como se deu a formação do Estado capitalista no Brasil. Para ele, no Brasil Colônia e no Brasil Império o modo de produção vigente era o escravismo moderno. Moderno porque se diferenciava do escravismo antigo, no qual a escravização advinha de dívidas, roubos ou conquistas de guerras, e não do comércio de escravos. Mas, tal qual no escravismo antigo, a desigualdade estava presente na estrutura do Estado: os escravos não eram considerados sujeitos de direito e tampouco podiam ter acesso aos cargos do Estado. Soma-se ainda o fato de que o aparelho de Estado coincidia diretamente com a classe dominante, ou seja, os funcionários de Estado, em sua maioria, pertenciam às classes dominantes e utilizavam os recursos materiais do Estado para benefício próprio. Ou seja, levando em conta o direito e as instituições, entre os séculos XVI e o final do século XIX, o Estado brasileiro configurava-se como um Estado de tipo pré-capitalista² (Saes, 1985b).

Segundo Saes (1985b), o Estado capitalista no Brasil se constituiu após a abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889) e a promulgação da primeira Constituição republicana (1891). Estes três eventos resultaram, entre outros fatores, das lutas e resistências do povo negro, da ação da classe média urbana que se formou com o desenvolvimento da economia cafeeira, bem como da pressão externa da Inglaterra e das contradições que se acentuaram no seio das Forças Armadas após a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Com a abolição da escravidão, o direito escravista foi destruído, e em seu lugar apareceu o contrato formal de trabalho como regime de exploração da mão de obra. A Proclamação da República e a Assembleia Constituinte (1891) promoveram a universalização das instituições, graças à implantação da cidadania, da ideia de nação a ela ligada e da universalização formal das instituições estatais. Para Saes (2001), apesar das desigualdades regionais durante a República Velha, as relações de produção capitalistas passaram a se difundir no seio da formação social brasileira e, a despeito de ter passado por mudanças de regimes e de formas, o Estado capitalista se manteve ao longo do século XX.

Tendo isso em vista, importa dizer que o Estado capitalista não cumpre apenas a função de manter a coesão de uma formação social, mas também desempenha a dupla função de frustrar a organização das classes dominadas potencialmente

2 Nesse sentido, Saes (2001) discorda de Caio Prado Jr. quando este autor afirma que a economia colonial brasileira seria capitalista, partindo do argumento de que a economia colonial se inseria de modo subordinado à economia mundial que já seria capitalista.

revolucionárias e de organizar a hegemonia de uma classe dominante no seio do bloco no poder. A partir da caracterização do bloco no poder é possível entender as diferenças na forma de Estado e no regime político, bem como a relação entre o bloco no poder e o imperialismo. A partir das diferentes configurações do bloco no poder, pretendemos descrever como se deu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em três etapas: Etapa 1: 1889-1930; Etapa 2: 1930-1964; Etapa 3: 1964 até os dias atuais.

Esta última etapa se subdivide em três: fase 1 (1964-1989) – hegemonia da grande burguesia interna (industrial e bancária); fase 2 (1990-2002) – hegemonia da burguesia compradora e do capital financeiro internacional; fase 3 (2003-2010) – transição e hegemonia da grande burguesia interna (indústrias, empresas estatais, mineradoras, agronegócio, construtoras, entre outras). A presença do capital monopolista é o que unifica esta etapa, mas, no que tange à relação com o imperialismo e com as classes populares, há muitas diferenças que podem ser vistas nos estudos de Boito Jr. (2018) e por ele orientados nos anos 2000 e 2010. Vejamos a seguir cada um desses períodos.

A República Velha e as frações de classe

De acordo com Sergio Silva (1976), o processo de transformação social impulsionado pela produção do café resultou na formação de duas frações burguesas: o grande capital cafeeiro e o médio capital cafeeiro. O grande capital cafeeiro, além de ter investido em grandes propriedades produtoras, associou-se às casas de exportação e importação e bancos nacionais e estrangeiros, enquanto o médio capital cafeeiro manteve-se apenas na lavoura (ibid., p.60-62). A constituição da grande burguesia cafeeira passou pelo processo da expansão das atividades de muitos fazendeiros que não se limitaram exclusivamente às atividades das plantações de café, mas passaram a: 1) centralizar as compras da produção dos demais cafeicultores; 2) financiar novas plantações, a modernização e salvação de fazendeiros em dificuldades; 3) associar-se às firmas estrangeiras, em especial às casas de importação e exportação. Além disso, os próprios fazendeiros acabaram se distanciando da atividade produtiva, designando essas atividades para administradores. Essa fração burguesa passou a exercer múltiplas funções; era, ao mesmo tempo, uma burguesia bancária, burguesia agrária e burguesia comercial. No entanto, a função comercial preponderava sobre as demais. Por isso, a produção agrícola era limitada e determinada pelos interesses comerciais da grande burguesia cafeeira, de tal sorte que a capacidade de investimento e modernização dependia muito mais dos interesses desta fração do que dos cafeicultores propriamente ditos (ibid., p.60-62).

O predomínio econômico da função comercial da grande burguesia cafeeira realizava-se graças à política econômica do Estado, que favorecia os interesses desta fração de classe, indicando a sua hegemonia política no interior do bloco no poder. A burguesia comercial caracterizava-se como burguesia compradora, uma

vez que reproduzia a posição subordinada do capitalismo e do Estado brasileiro na divisão internacional do trabalho. Posição que, como se sabe, reduzia-se à exportação de produtos agrícolas, à importação de produtos industrializados e ao endividamento externo. Esses elementos contribuíram para que o desenvolvimento das relações de produção capitalistas fosse fraco.

Esse efeito do desenvolvimento das relações capitalistas mundiais (sobre as condições próprias da estrutura econômica brasileira, isto é, um capitalismo ainda fraco) manifesta-se por uma dependência em relação ao mercado mundial. Essa dependência vem reforçar o papel dominante do comércio na economia cafeeira e na economia brasileira em geral. (ibid., p.62)

Grande parte das casas de exportação e das ferrovias eram propriedades de estrangeiros, na sua maioria, ingleses. A maior parte dos lucros do comércio exportador ficava na mão desses capitalistas: a riqueza produzida nacionalmente ia para o exterior na forma de lucro mercantil, como mostra Angelita Souza (2001, p.105) em seu trabalho sobre o Estado dependente na República Velha. Além disso, e ainda segundo a autora, com a crise de superprodução em meados de 1890, a política econômica adotada com “o *funding loan*³ representa um marco no processo de ‘internalização’ do capital estrangeiro na vida política e econômica do país” (ibid., p.92). As condições impostas pelo referido acordo determinavam que a política econômica adotada pelo Estado visasse prioritariamente ao pagamento da dívida. Com isso, as condições de subordinação política e econômica se acentuaram. Por fim, as políticas de valorização do café adotadas a partir do Convênio de Taubaté em 1906, que recorriam a empréstimos externos para a compra do excedente do produto que seria armazenado ou queimado, contaram com financiamentos dos Estados Unidos. Assim, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro passou a contar ainda mais com a participação direta do capital estrangeiro, o que agravou a dependência comercial e financeira e a intervenção política do capital externo no seio da formação social nacional (ibid., p.102-109).

Em resumo, a política estatal da República Velha atendia aos interesses do capital externo e da burguesia comercial (o grande capital cafeeiro). O aspecto original e polêmico dessa tese é que ela nega explicitamente a suposta hegemonia dos proprietários de terra no Estado brasileiro do período pré-1930. E, ao fazê-lo, permite esclarecer um dos enigmas da historiografia do período pós-1930: se o Partido Social Democrático (PSD) era o “partido dos fazendeiros”, como explicar

3 Emissão de títulos do tesouro em libras esterlinas para tentar arrecadar recursos para o pagamento da dívida externa. Como contrapartida, o Estado brasileiro se comprometeu a diminuir a circulação de dinheiro, cortar gastos públicos e aumentar impostos. Ou seja, adotou-se uma política de combate à inflação para rolagem da dívida externa que passou a moldar a política macroeconômica nacional.

que tenham apoiado ativamente a política industrialista que destruiria a suposta hegemonia que tais proprietários teriam usufruído na República Velha?

A análise dos poulantzianos mostra que os fazendeiros permaneceram onde sempre estiveram, isto é, ocupando uma posição subordinada no bloco no poder. Pois bem, a burguesia comercial hegemônica no período assumiu, de acordo com essas análises, o contorno de burguesia compradora – fração de um país periférico cujos interesses políticos e econômicos se entrelaçam com o capital externo –, o que a tornava uma simples correia de transmissão dos interesses imperialistas no seio da formação social nacional.

Segundo Silva (1976, p.77-81), apesar de esta etapa ter sido marcada pela hegemonia do grande capital cafeeiro predominantemente mercantil, foi também o período de origem da indústria brasileira. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, a expansão das estradas de ferro e a mecanização das plantações contribuíram para o desenvolvimento do mercado interno e, consequentemente, para a aparição das primeiras indústrias. Ou seja, a modernização operada pela economia cafeeira criou as condições necessárias para o surgimento da indústria no Brasil. Ao lado dessa burguesia compradora, gestou-se então um setor burguês com capital predominantemente nacional e com base em acumulação no mercado interno: a indústria de bens de consumo. Para Silva (*ibid.*, p.95-97), a matriz da indústria brasileira data deste período e foi fruto da acumulação capitalista gerada pela exportação de café. O importador esteve muitas vezes na origem das indústrias brasileiras. O autor lembra que alguns membros da grande burguesia cafeeira se interessaram pela indústria seja por laços familiares, seja pela simples fusão de capitais; no entanto, esse movimento não foi numericamente expressivo. Concentrou-se na mão de poucos membros da grande burguesia cafeeira. É importante destacar ainda que, para Silva (*ibid.*, p.83-91), a constituição da indústria brasileira representou um salto nas etapas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois de pronto foram criadas grandes unidades fabris com mais de 100 operários. Logo, o Brasil não passou por uma fase de desenvolvimento do artesanato a das pequenas manufaturas: saltou direto para a grande indústria de bens de consumo.

Em função das transformações advindas da economia cafeeira, sobretudo da presença massiva de mão de obra imigrante e da formação de um mercado consumidor, São Paulo e Minas Gerais foram o centro do desenvolvimento industrial brasileiro. No entanto, isso não quer dizer que a relação entre os industriais e os cafeicultores tenha sido unitária. Tratou-se, na realidade, de uma relação de unidade e contradição. A expansão cafeeira permitiu o surgimento da indústria, mas, ao mesmo tempo, impôs limites à sua expansão. A transição capitalista no Brasil vista a partir de dois estágios – a expansão cafeeira e a industrialização – não foi automática. A passagem para a industrialização foi resultado de um processo complexo e permeado de contradições: as políticas cambiais e alfandegárias estiveram no centro das disputas entre essas duas frações.

A economia cafeeira criou as condições para o surgimento da indústria, mas ao mesmo tempo bloqueava o processo de industrialização. A burguesia industrial passou a defender tarifas alfandegárias distintas para os produtos que possuíam similares nacionais, almejando, de outro lado, que o sistema alfandegário facilitasse a aquisição de máquinas e equipamentos. Ou seja, a burguesia industrial nasceu em conflito com o capital estrangeiro e se chocou com os interesses da grande burguesia cafeeira, uma vez que os interesses da indústria, se materializados, resultariam na alteração da inserção internacional do Estado brasileiro e da configuração das relações de classe existentes até então (Boito Jr., 1982, p.27-38). Renato Perissinotto (1994, p.152), em outro importante trabalho produzido na Unicamp inspirado na obra de Poulantzas, intitulado *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*, demonstra que havia um conflito latente entre, de um lado, o capital cafeeiro e o capital externo e, de outro lado, a indústria nascente. A essa se somavam os produtores agrícolas e industriais do Rio Grande do Sul cuja produção era voltada ao mercado interno. Na cena política apareciam dois grupos: os que defendiam a “vocação agrícola” do país e os que defendiam o projeto industrialista.

A burguesia comercial e o capital externo situavam-se entre os principais defensores da “vocação agrícola”. O anti-industrialismo desses setores estava enraizado no fato de que uma política desenvolvimentista teria de reformular a antiga divisão internacional do trabalho, conflitando diretamente com o interesse dos grandes conglomerados imperialistas e do capital comercial exportador. O capital estrangeiro objetivava seguir exportando produtos industrializados e, apesar de investir em serviços públicos como transporte e energia, não demonstrava interesse em investir diretamente na construção do parque industrial brasileiro. Para impor uma política alfandegária, cambial e de financiamento que privilegiasse os investimentos no setor industrial, seria preciso liquidar a hegemonia da burguesia comercial no interior do bloco no poder.

Deste ponto de vista, a Revolução de 1930 não teria sido fruto apenas de um conflito entre oligarquias regionais, ao contrário do que defendeu Boris Fausto (1972), mas representou um conflito entre classes e frações de classe burguesas diante do destino político e econômico do país, mais especificamente em relação à inserção do Estado brasileiro na divisão internacional do trabalho. Os setores cuja produção era voltada ao mercado interno – a burguesia industrial nascente, a burguesia agrária do Rio Grande do Sul etc. – se aproximaram dos setores mineiros que estavam descontentes com a inflexibilidade de Washington Luís em relação à questão sucessória e trataram de afastar do poder a burguesia comercial paulista (grande capital cafeeiro) (Perissinotto, 1994, p.221-224). Se destaca a existência de um conflito entre a antiga fração hegemônica e as novas forças voltadas para o mercado interno, esse tipo de análise nem por isso retoma, tal e qual, a antiga tese segundo a qual 1930 fora uma ação política da burguesia industrial que teria instaurado com aquele movimento a sua hegemonia no Estado. Como iremos indicar, o bloco no poder que se origina

da Revolução de 1930 é concebido na análise dos poulantzianos como algo muito mais complexo. Temos aqui um exemplo claro de originalidade por redefinição e fusão de teses até então concorrentes.

Saes lembra que o escravismo limitou o progresso técnico e o próprio fortalecimento do mercado interno, o que consequentemente acabou sendo o elemento de fraqueza econômica e política da burguesia industrial brasileira:

Desde a Primeira República, a indústria nacional se voltou para mercados urbanos de caráter restrito para a prática da substituição de importações (ou seja, a produção interna de manufaturados encarecidos pela escassez de divisas). Essa ligação da burguesia industrial brasileira com um mercado interno restrito explica, pelo menos parcialmente, a fraqueza não só econômica como também política dessa classe social, ao longo da transição para o capitalismo como também no curso do desenvolvimento capitalista subsequente. (Saes, 2016, p.15)

O preço a pagar pela formação rápida da classe capitalista é a fragilidade orgânica da burguesia industrial emergente no Brasil: ela não cria sua própria tecnologia e depende sempre do exterior para se expandir. Essa dependência vai jogar a burguesia industrial contra o próprio projeto de industrialização; isto é, vai indispor-la com a produção interna de máquinas e insumos industriais. O avanço nesse terreno será encarado pelos industriais brasileiros como um fator de elevação dos seus custos de produção, dada a estreiteza do mercado interno disponível para tais bens. (ibid., p.18)

A Revolução de 1930 e a consolidação do capitalismo brasileiro: o conflito entre as frações de classe e o imperialismo

Décio Saes defende que “a Revolução de 1930 corresponde a uma segunda etapa política da transição para o capitalismo no Brasil” (Saes, 2001, p.103), na qual a hegemonia agroexportadora teria perdido lugar para a burguesia industrial, além de ter havido uma integração política das classes trabalhadoras urbanas por meio dos empregos, do consumo e das políticas estatais adotadas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Francisco Farias, no seu trabalho sobre bloco no poder no período pós-1930, mostra que a burguesia industrial, por seu turno, apesar de não se identificar integralmente com o projeto nacional-estatista levado a cabo pela burocracia de Estado, teve os seus interesses atendidos pela desvalorização cambial, pela instituição de taxas múltiplas de câmbio e pelo aumento das tarifas alfandegárias. Passou então a ter melhores taxas de crescimento se comparadas com a burguesia compradora (Farias, 2017, p.49). De acordo com Saes:

Esse segmento burguês não constitui propriamente uma burguesia nacional, pois não se coloca à frente do processo de desenvolvimento capitalista do país; mas também

não constitui uma burguesia associada, totalmente subordinada aos interesses do capital estrangeiro e defensora de sua penetração no aparelho produtivo nacional. A rigor, a sua atuação econômica e política é típica de uma burguesia interna. Por um lado, não quer ceder todo o espaço econômico do país ao capital estrangeiro; por outro lado, não se dispõe a renunciar à sua dependência tecnológica diante das grandes economias industriais, nem a assumir a vanguarda do processo de industrialização. (Saes, 2016, p.22)

Para os setores da burocracia militar que ocuparam postos importantes no Estado após 1930, a industrialização era vista como pressuposto para a “segurança nacional”, ou melhor, como forma de sobrevivência político-militar do Estado nacional. Correspondia ao anseio por aumento da autonomia estatal em relação às grandes potências. Além disso, após a crise econômica de 1929 e o estrangulamento externo da economia brasileira, a industrialização aparecia como a melhor alternativa para a superação da crise estrutural da economia nacional (Boito Jr., 1982, p.26). Na segunda etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, entre 1930 e 1964, a burguesia compradora atuou junto com o imperialismo estadunidense como força de oposição aos governos populistas, constituindo o campo “liberal-entreguista” representado no sistema partidário pela União Democrática Nacional (UDN). Essa fração “teve os seus interesses econômicos restringidos pela política econômica inaugurada a partir da ‘Revolução de 1930’” (Farias, 2017, p.76), o que indica que essa fração não exercia mais a hegemonia no interior do bloco no poder. Portanto, a sua atuação visava a reconquista da posição ocupada na etapa anterior.

Havia, na realidade, três projetos em disputa entre 1930 e 1964: 1) “a vocação agrária” do país com base nas chamadas vantagens comparativas, projeto defendido pela burguesia compradora; 2) o desenvolvimentismo privado, projeto defendido pela burguesia industrial, em que a industrialização estaria pautada em uma política protecionista no qual o capital privado deveria estar no centro da acumulação; 3) projeto desenvolvimentista estatal-nacionalista, sustentado por setores da burocracia do Estado, no qual a industrialização se apoiaria em empresas estatais (Farias, 2017). Essa é a complexidade à qual já nos referimos do bloco no poder do pós-1930 e essa é a originalidade que resulta da retificação e fusão de teses já existentes: há, sim, uma contradição entre a antiga fração hegemônica, a burguesia comercial compradora, e a indústria, que funciona como burguesia interna; porém, há também uma crise de hegemonia, que permite à burocracia de Estado agir como força social autônoma coesionada em torno de um projeto próprio de industrialização do país. De fato, diante da existência do conflito entre a burguesia industrial e a burguesia compradora, instaurou-se uma crise hegemônica no seio do bloco no poder, o que fez com que a burocracia de Estado – cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas –, apoiada nas classes populares – proletariado, classe média assalariada e pequena burguesia proprietária –, se tornasse uma força social distinta

e conduzisse o projeto desenvolvimentista apoiado na política populista até 1964⁴ (Boito Jr., 1982, p.22-23). Para Boito Jr. (ibid., p.27), “a dependência da burguesia industrial frente ao imperialismo e à burguesia comercial impede-a de assumir a direção do Estado”. Por isso, apesar da política de desenvolvimento do período posterior a 1930 fortalecer a posição política da indústria, essa fração não consegue se tornar politicamente hegemônica. E como a política de Estado não era apenas industrialista, mas apoiava-se nas classes populares e concedia certas reivindicações a esses setores, essa fração manteve uma relação de unidade e de luta com a política populista. Em alguns momentos, a burguesia interna se juntou com a burguesia comercial e agrária em oposição às medidas estatais que concediam maiores ganhos às classes trabalhadoras (ibid., p.35-37). Para Farias (2017, p.39-45), a burguesia industrial também não concordava com a participação direta do Estado na economia, representada em medidas como a criação de empresas estatais, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Petrobrás, e o sistema Eletrobrás. No lugar da estatização, as entidades representativas da burguesia industrial (Fiesp e CNI) defendiam a participação de capitais privados (nacionais e estrangeiros) e a formação de uma empresa mista. Essas políticas igualmente desagradaram aos Estados Unidos e à burguesia compradora.⁵

No entanto, alguns fatos, como o Tratado de Comércio entre o Brasil e os Estados Unidos, aprovado em 1935, dividiram esses setores. De um lado, a burguesia industrial se opunha à liberalização das importações de produtos manufaturados e, de outro lado, a burguesia compradora defendia a liberalização e a aprovação do acordo, pois almejava conquistar benefícios para a exportação dos produtos agrícolas.

Outra medida benéfica à interiorização dos interesses do capital estrangeiro foi a instrução 113 da Sumoc, baixada em 1955, que autorizava a emissão de licenças para as importações de equipamentos sem cobertura cambial para a compra em moeda estrangeira. A Fiesp e a CNI reagiram contra essa decisão, por conceder privilégio ao capital estrangeiro. A Fiesp chegou a promover uma campanha de tom nacionalista contra a instrução. (Farias, 2017, p.60)

As medidas de controle cambial, controle da remessa de lucros, suspensões e renegociações da dívida externa dos governos Vargas e João Goulart, assim como o rompimento do acordo com o FMI em 1958, desagradaram tanto aos

4 Na perspectiva desses autores, o populismo não é simplesmente uma ideologia política, mas é também uma prática política, uma realidade atuante na formação social brasileira até os dias de hoje. Para nós, o populismo também se distingue do bonapartismo, porque tem um caráter progressista e não conservador.

5 Segundo Boschi (2000), a burguesia industrial era bastante organizada no período entre 1945 e 1964 e teve forte influência sobre a escolha do modelo de desenvolvimento industrial adotado pelo Estado brasileiro.

Estados Unidos quanto à burguesia compradora. Este último ato contou com o apoio da burguesia interna. Apesar disso, como a indústria necessitava de divisas para adquirir máquinas e equipamentos, a dependência desta fração em relação ao capital imperialista e à burguesia comercial se aprofundou. Esse fato, somado às resistências em relação às políticas de concessão de direitos às classes trabalhadoras e ao investimento direto do Estado na economia, concorreu para que a burguesia interna se aliasse às demais classes e frações de classes dominantes nos momentos de crises políticas, como ocorreu em 1932, 1954 e 1964, o que demonstra a fragilidade política-ideológica da burguesia interna. Essa fração admite apenas conflitos pontuais com o imperialismo; por isso, ela não assumiu um caráter nacional (ou anti-imperialista) e muitas vezes se aliou com os setores anti-industrialistas contra as políticas estatais que concediam maiores direitos às classes dominadas. Elemento que indica também a impossibilidade de essa fração construir uma aliança com o “povo” em uma luta pela “libertação nacional”.

Ainda cabe lembrar que a industrialização levada a cabo pelo Estado contava com o investimento direto do capital imperialista; por isso, conformou-se uma industrialização *dependente*. No caso das automobilísticas, por exemplo, a proposta para atrair o investimento externo foi uma divisão de mercado segundo a qual o capital imperialista ficaria com as montadoras e o capital industrial nacional forneceria as autopeças. Assim, a presença política de forças imperialistas acabou se enraizando na formação social brasileira, mesmo no período populista.

Como dissemos, durante este período houve um deslocamento da hegemonia da burguesia compradora no interior do bloco no poder, e a burguesia interna, predominantemente industrial, passou a ocupar um lugar privilegiado. Como esta fração não exerceu a hegemonia política, dado o seu caráter dependente e os receios que guardava em relação às políticas voltadas às classes trabalhadoras e à criação de empresas estatais, a burocracia estatal apoiou-se nas classes populares para fazer valer o projeto de industrialização, política essa conhecida como populista.

O golpe de 1964 e a monopolização do capital no Brasil

Na terceira etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, entre 1964 e 1989, registrou-se um crescimento exponencial do trabalho assalariado no campo e na cidade. No entanto, o exercício da repressão durante os governos militares cumpriu o objetivo de conter as movimentações político-partidárias e das classes populares até o final dos anos 1970, quando a ascensão do movimento grevista na região do ABC paulista trouxe uma nova energia ao sindicalismo brasileiro.

Para Saes (2001, p.49-61), a partir do golpe de 1964, a despeito do discurso ideológico pautado na industrialização, o capital bancário teria sido o principal beneficiário da política estatal durante a ditadura militar. Ele lembra que no período anterior (1930-1964) houve uma fragilização do sistema financeiro nacional em função da política industrialista, da reinversão dos lucros e da “poupança forçada” do Estado que se destinavam aos novos investimentos industriais. Além disso, a

partir de 1951, o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) passou a exercer o importante papel de financiador da produção interna de bens de consumo duráveis, insumos industriais e maquinaria leve. Faltava também uma política anti-inflacionária. Com isso, o capital estrangeiro não se concentrou no setor bancário e, na verdade, o número de bancos estrangeiros decresceu.

A mudança no tratamento conferido ao “sistema financeiro” se deu porque a política econômica passou a adotar uma orientação monetarista e anti-inflacionária que culminou na redução da oferta monetária, na elevação da taxa de juros e na expansão bancária (abertura de agências). Durante todo o período implementou-se uma política de estímulo ao endividamento externo. E, após a elevação dos juros internacionais na década de 1970, incentivou-se a valorização dos títulos públicos e privados. Com isso, a participação do capital bancário nacional e internacional na economia brasileira cresceu abruptamente.

Houve também um incentivo à oligopolização do setor bancário. Entretanto, é importante lembrar que essa tendência foi sustentada pela política que restringia a criação de novos bancos (a concessão de “cartas-patente”), protegendo as instituições já estabelecidas no país (Saes, 2001, p.55-56). Para nós, isso indica que este setor passa a se comportar, ao lado da burguesia industrial, como burguesia interna, fração que necessita da proteção do Estado para competir e limitar a atuação do capital externo no interior da formação social nacional.

Saes (ibid., p.56-57) enfatiza que não se deve identificar esse processo como a formação do capital financeiro no Brasil no sentido *hilferdiano* (interseção entre capital bancário e industrial na formação de grandes conglomerados). Os grandes grupos bancários não buscaram deter o controle acionário de atividades industriais. E, quando o fizeram, a incidência foi fraca.

Segundo o autor, ocorreu, na verdade, uma dissociação entre a hegemonia política e a hegemônica ideológica no seio do bloco no poder, pois o capital bancário não teve a capacidade de se apresentar na cena política como hegemônico devido ao seu caráter improdutivo, o que o impossibilitou de se identificar com o discurso de “progresso” ou desenvolvimento. Por isso, a burguesia industrial teria se apresentado como força política ideológica diante das classes dominadas e, em certos momentos, exerceu, em condomínio com o capital bancário, a hegemonia política no seio do bloco no poder (ibid., p.59-61).

Assim, podemos concluir que durante a República Velha a burguesia industrial nascente, com posição subalterna no interior do bloco no poder, passou a se comportar como burguesia interna, defendendo políticas protecionistas e se opondo à burguesia comercial e ao capital externo. Essa fração se fortaleceu ao longo do processo da Revolução de 1930 e teria sido a grande beneficiária das políticas populistas. Mas a dependência do capital externo e a dissolução político-ideológica não teriam possibilitado que se tornasse hegemônica. E, após o golpe de 1964, a burguesia interna passou a ser composta pela burguesia industrial (predominantemente nacional), de serviços (construção civil), bancária e estatal.

O que indica que, ainda que dependente, o capitalismo brasileiro tornou-se mais robusto ao longo do século XX.

Jacob Gorender e a Escola de Campinas

O conceito de burguesia interna da Escola de Campinas é muito similar ao conceito de burguesia brasileira de Jacob Gorender (1981). O autor e militante comunista defende que o período colonial e imperial, baseado no modo de produção escravista, representou a fase de acumulação originária (primitiva) de capital no seio da formação social brasileira. Esta acumulação impulsionou a fase posterior de desenvolvimento das forças de produção capitalistas. Ele ressalta que a abolição da escravidão foi um evento revolucionário no Brasil, pois, com a redução das relações de produção escravistas, desapareceu o modo de produção existente durante quatro séculos na formação social brasileira. Apesar desse evento revolucionário, Gorender afirma que o modo de produção capitalista não se consolidou logo no período subsequente. Durante a República Velha, as relações de trabalho assalariado começaram a ser ampliadas contribuindo para o fortalecimento do mercado interno, mas foi o processo de industrialização depois de 1930 que levou à consolidação do modo de produção capitalista no seio da formação social brasileira.

Diferentemente de Silva (1976, p.60-62), Gorender não entende que os cafeicultores possam ser caracterizados como burguesia cafeeira, pois o trabalho dos colonos não adquiriu caráter capitalista. Nesse sentido, apenas as burguesias comercial e bancária, predominantemente integradas ao capital externo, é que teriam se configurado como classes dominantes tipicamente capitalistas. Apesar dessa ressalva, as análises poulantzianas seguiram Gorender ao afirmar que a burguesia industrial se originou prioritariamente do comércio importador, tendo como personificação ilustrativa Francisco Matarazzo, e que a relação entre fazendeiros e burguesia industrial se caracteriza por uma *complementaridade contraditória*. Contraditória porque os latifundiários, cuja produção era voltada para a exportação, defendiam o liberalismo econômico, enquanto a burguesia industrial passou a pleitear o protecionismo como forma de obter condições de concorrência com os produtos estrangeiros.⁶ Complementar porque os latifundiários constituíam o principal mercado consumidor, a fonte de produção de matérias-primas, fornecedores de capitais e geradores de divisas para a indústria (Gorender, 1981). Por isso, apesar de nutrir uma desconfiança em relação a Vargas, a burguesia industrial passou a se aproximar de seu governo. Aparentemente, a política estatal voltada para a concessão de direitos aos trabalhadores urbanos conflitava com os interesses imediatos desta fração; no entanto, a política de financiamento (BNDE) e a criação de indústrias de base (ferro, aço, petróleo) correspondiam aos seus interesses de

6 Neste ponto, nota-se mais uma distinção entre a análise de Gorender e a análise dos poulantzianos. Segundo Silva (1986) e Perissinotto (1994), foi a burguesia comercial e não os fazendeiros propriamente ditos que defendiam o liberalismo econômico.

longo prazo. Assim mesmo, a burguesia industrial não poupou o Estado da crítica contra a estatização da economia; afinal de contas, a livre iniciativa privada é um pressuposto essencial à existência da burguesia e do capitalismo (ibid., p.75).

O capital estrangeiro, por sua vez, teve o seu papel alterado ao longo do século XX. A crise de 1929 seria o marco divisor, pois, antes disso, o grosso do investimento externo era indireto, isto é, antes predominava a importação de capitais por meio de empréstimos. Os investimentos diretos se concentravam apenas nos serviços públicos: estradas de ferro, portos, comunicação, transporte urbano e energia elétrica. Depois de 1930, o capital estadunidense, por meio das suas empresas multinacionais, passou a investir diretamente no parque industrial brasileiro, e o montante se elevou após 1950, quando o capital europeu e japonês começou a vir ao Brasil impulsionando uma concorrência entre os capitais forâneos no interior da formação social nacional (ibid., p.85).

“Em 1971, do capital estrangeiro total aplicado sob a forma de empresas, 82% se situava na indústria de transformação e apenas 5% nos serviços públicos” (ibid., p.85-86). Grande parte deste capital se concentrou na indústria de bens de consumo duráveis: automóveis, aparelhos eletrônicos etc. O capital externo passou a apresentar dois aspectos: o de “bomba de sucção” e o de dinamização do mercado interno. O primeiro seria fruto do envio de remessas de lucros às matrizes, o que limita a acumulação de capital no âmbito nacional; o segundo seria que, diante da concorrência entre os capitais externos que vieram se instalar no Brasil, as empresas se viram obrigadas a investir cada vez mais nas suas plantas e a se interessar pelo crescimento do mercado interno. Dessa forma, muitas dessas empresas acabaram se integrando à economia brasileira.

Isso não quer dizer que a relação entre a burguesia industrial de capital nacional e a de capital externo tenha se tornado imbricada a tal ponto que os conflitos tenham cessado. Na verdade, a relação entre elas foi de *aceitação seletiva*, uma relação associativa e contraditória. Isto é: ela aceita a entrada de indústrias de ponta como as montadoras de carros desde que o capital nacional mantenha o papel de fornecedor de bens intermediários (ibid., p.90). Havia, na verdade, diferentes gradações entre setores da indústria. No grupo Votorantim, ligado ao setor de minérios, por exemplo, predominava um *nacionalismo burguês* que se contrapunha aos grandes cartéis internacionais. Os grupos Gerdau, Villares e Bardella, por sua vez, mantinham uma associação significativa com o capital estrangeiro. E grupos como o Ultra, Klabin e Antarctica eram estreitamente associados ao capital externo. Por isso, no geral, a posição da burguesia brasileira não se fixava e tampouco era consensual, de tal sorte que houve variações temporais nas quais esses diferentes setores se aliaram em nome do protecionismo alfandegário e na aceitação do investimento estrangeiro, desde que mediante critérios seletivos.

A conclusão a tirar é que o capital estrangeiro não entrou no Brasil por manobra solerte de uma “camarilha” ou de um “grupelho” de entreguistas, embora não falem

entreguistas para servir aos interesses das multinacionais. Foi a própria burguesia brasileira, como classe, que precisou do capital estrangeiro e o incentivou a vir para o Brasil. *O nacionalismo da burguesia brasileira não implica a rejeição do capital estrangeiro, mas sua cooperação demarcada pelas conveniências do capital nacional.* (Gorender, 1981, p.93)

Nesse sentido, Gorender afirma que a burguesia brasileira não se enquadraria no que a Internacional Comunista definia como burguesia nacional: dotada de um potencial revolucionário antifeudal e anti-imperialista. No entanto, a existência do modo de produção capitalista pressupõe uma burguesia “cujo centro de interesses se situa na economia nacional” (ibid., p.111).

Considerações finais

A Escola de Campinas sobre a política brasileira produziu uma série de teses que negam a ideia da existência de uma burguesia nacional tal qual defendida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, e, paralelamente, também se contrapõem à ideia de burguesia associada de Cardoso e Faletto (1973), e de burguesia dependente de Florestan Fernandes (1976). Vejamos, por exemplo, a nossa diferença com Cardoso. Para o sociólogo, “a forma adotada pelo desenvolvimento dependente beneficia as burguesias locais e promovem a sua expansão, à condição que elas se associem ou fiquem ‘enfeudadas’ aos monopólios multinacionais e ao Estado (Cardoso, 1973, p.50)”. A burguesia local seria sócia e dependente do Estado e das multinacionais, pois teria nestes seus principais clientes e fornecedores. “Essa forma de relacionamento teria dificultado a articulação interna da burguesia nacional, tornando escassos os momentos e os setores capazes de permitir a definição de propósitos comuns aos membros deste setor de classe” (ibid., p.61). Seria, portanto, uma burguesia associada. Apesar de concordamos com a definição de “nova dependência” elaborada por Cardoso e Faletto (1970) – situação na qual os investimentos externos passaram a se destinar à esfera produtiva –, acreditamos que a ressalva feita por Gorender (1981) sobre a relação entre o capital nacional e o capital externo tenha sido muito pertinente. Ou seja, não se trata apenas de uma relação de associação e subordinação, como defende Cardoso (1973), pois sobrevivem contradições entre esses capitais. Ademais, é importante destacar que há fracionamentos intraburguesas seja em relação ao capital local e externo, seja em relação à função e posição política-ideológica que as frações de classe assumem em cada conjuntura. Cabe dizer que, em muitos setores, o capital nacional seguiu dominando, por exemplo, a construção civil. Assim, o mais correto é dizer que havia uma relação de *associação conflitiva* entre o capital externo e o capital nacional. A burguesia interna brasileira, ao mesmo tempo que é dependente do capital externo, exige a proteção do Estado brasileiro para que ele limite a atuação desse capital, sobretudo quando a sua sobrevivência está ameaçada.

Destacamos que a ideia de frações é importante para os poulantzianos. As divisões no seio das classes dominantes decorrem das questões econômicas, políticas e ideológicas. Isto é, para aqueles autores citados acima, a burguesia local aparece como dependente, associada ou *lumpen*, no seu conjunto e sem distinção, ao passo que, para os poulantzianos, a coexistência de uma burguesia compradora com uma burguesia interna no seio do bloco no poder e a forma como cada uma dessas frações da burguesia brasileira se relaciona com o Estado e com o imperialismo, são questões fundamentais.

Por isso, pensar a dependência no capitalismo contemporâneo passa por analisar a presença do capital externo no seio das formações sociais dependentes e, ao mesmo tempo, os conflitos entre o Estado dependente e o imperialismo. A presença da burguesia interna no interior do bloco no poder leva à existência de posições de conflito, ainda que pontuais, entre o Estado brasileiro e o imperialismo. Não é apenas uma contradição entre capital externo e capital nacional, ou capital produtivo e rentista, mas o que define a presença da burguesia interna é a necessidade de concorrer e sobreviver diante do capital externo, levando o Estado a adotar posições políticas que podem conflitar pontualmente com o imperialismo, o que Gorender chamava de *aceitação seletiva* do imperialismo pela burguesia (interna). Este conflito pode ser o posicionamento diante do conflito interimperialista, no qual o Estado usa do imperialismo secundário para obter ganhos ou margens de manobra em relação aos Estados Unidos, como os governos Vargas, ou um conflito direto (mas não aberto) com o Estado imperialista em nome da tentativa de manutenção do projeto de industrialização, como nos anos 1980.

Os estudos da Escola de Campinas mostram que, entre 1930 e 1980, a burguesia interna foi prioritariamente integrada pela burguesia industrial e bancária, mas a partir dos anos 2000 havia um leque maior de setores que a integravam, entre eles: mineração, agronegócio, bancos nacionais, construção civil etc. Essa fração teria dirigido a plataforma política neodesenvolvimentista dos governos do PT, marcada pela presença de classes populares, que se beneficiaram das políticas sociais e de aumento do salário mínimo. A frente política que ela formou, instável e flexível, sofreu defecções a partir do momento em que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se reduziu, em que o número de greves cresceu e em que a ação do imperialismo e da frente neoliberal integrada pela burguesia compradora (capital financeiro) e pela alta classe média retomaram a ofensiva política. Parte da burguesia interna, então, acabou se aliando aos setores que deram o golpe na presidente Dilma Rousseff em 2016 (Boito Jr., 2018). No entanto, ainda não se pode dizer se essa fração foi diluída, desfeita, e qual será o seu papel no futuro próximo da política brasileira.

As pesquisas recentes dos poulantzianos de Campinas têm versado sobre a política externa;⁷ setores da grande burguesia interna, como o da carne (Cyrino,

7 Conferir o trabalho de Tatiana Berringer (2015).

2017), da soja,⁸ as grandes construtoras (Sabença, 2018), o setor petrolífero (Narciso, 2019), agronegócio (Paraizo, 2018); análises sobre o capital financeiro e a burguesia associada no Brasil, o capital externo,⁹ a relação com a China,¹⁰ a integração regional da América Latina etc., e análises sobre classes médias,¹¹ regimes políticos¹² etc. Em suma, o conjunto desses estudos demonstra que estamos diante de uma escola de análise da política brasileira, que se desenvolveu prioritariamente em Campinas, recuperando a obra teórica de um marxista, que se revelou muito profícua, apesar de um tanto esquecida pelos pesquisadores brasileiros.

Referências bibliográficas

- ARIAS, Santiane Ribeiro. *O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Unicamp, Campinas-SP, 2011.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- _____. FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. *Conjuntura Austral. Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS*, v.48, p.5-19, 2018b.
- BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. *Reforma e crise política no Brasil: conflitos de classe nos governos PT*. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp; Unesp, 2018.
- _____. O neofascismo no Brasil. *Boletim do LIERI*, n. 1, Seropédica-RJ, p.1-10, 10 maio 2019a.
- _____. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. *Brasil de Fato*, São Paulo, 10 jan. 2019b.
- BOSCHI, Marcia Maria. *Burguesia industrial no governo Dutra*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política. Orientação do Professor Décio Saes). Unicamp, Campinas-SP, 2000.
- BUGIATO, Caio. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Unicamp. Campinas-SP, 2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

8 Cf. pesquisa em andamento de Matheus Gringo Assunção, *Agronegócio, neoliberalismo e dependência no Brasil: estudo da cadeia da soja* (mestrado na Universidade Federal do ABC).

9 Cf. pesquisas em andamento de Nátaly Santiago, *O capital internacional, a burguesia associada e a política econômica dos governos petistas* (doutorado em Ciência Política na Unicamp, iniciado em 2016) e de André Flores Penha Vale, *A burguesia interna e a burguesia associada: o caso da energia eólica* (mestrado em Ciência Política na Unicamp, iniciado em 2017).

10 Cf. pesquisa em andamento de Mariana Davi, *A burguesia interna face às relações Brasil-China* (doutorado em Ciência Política na Unicamp iniciado em 2018).

11 Conferir trabalhos de Sávio Cavalcante (2018); Santiane Arias (2011); Cavalcante e Arias (2019).

12 Trabalho atual de Armando Boito Jr. (2019a; 2019b).

- _____. *As tradições do desenvolvimento-associado*. Trabalho apresentado na Conferência Internacional “Sociologia del Desarrollo y Desarrollo: dependência y estructuras del poder” organizado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, de 4 a 11 de novembro de 1973, em Berlim.
- CALVANCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia (orgs.). *O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais*. São Paulo: Alameda, 2019, p.147-172.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média, meritocracia e corrupção. *Crítica Marxista*, São Paulo, v.46, p.103-125, 2018.
- CYRINO, Thiago Nogueira. *A cadeia produtiva da carne como segmento da burguesia interna*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2017.
- FARIAS, Francisco. *Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 – historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARTUSCELLI, Danilo. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, CRV, 2015.
- PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- _____. *Crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985a.
- _____. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985b.
- _____. *República do Capital*. Boitempo: São Paulo, 2001.
- _____. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. *Boletim Campineiro de Geografia*, v.6, n.1, 2016.
- SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- SOUZA, Angelita Matos. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Anablume, 2001.

Resumo

Este artigo pretende apresentar como os conceitos de bloco no poder, fração burguesa e particularmente o conceito de burguesia interna, desenvolvidos por Nicos Poulantzas, foram empregados para analisar a política brasileira por um conjunto de autores que lecionam ou que se formaram na Universidade Estadual

de Campinas (Unicamp). O conjunto das teses desenvolvidas por esses autores sobre um longo período da história política brasileira constitui o que denominamos neste texto Escola de Campinas, que se caracteriza por três elementos: 1) a utilização, com retificações e desenvolvimentos, do instrumental teórico apresentado por Poulantzas, especificamente em *Poder político e classes sociais*, obra publicada na França em 1968 e com traduções brasileiras de 1977 e 2019; 2) o debate com algumas teses clássicas da sociologia e da ciência política brasileiras para entender a formação e a dinâmica do capitalismo nacional, na qual há uma recusa do ecletismo teórico presente em teses de sociólogos da Universidade de São Paulo, e também uma contraposição a alguns autores marxistas como Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini e outros; 3) a realização de pesquisas empíricas, com forte análise de documentos e dados primários.

Palavras-chave: Política; classes sociais; Brasil; Nicos Poulantzas.

Abstract

This article intends to present how the concepts of bloc in power, bourgeois fraction and particularly the concept of internal bourgeoisie, developed by Nicos Poulantzas, were used to analyze Brazilian politics by a group of authors who teach or graduated from the State University of Campinas (Unicamp). The set of theses developed by these authors over a long period of Brazilian political history constitutes what we call in this text Escola de Campinas, which is characterized by three elements: 1) the use, with rectifications and developments, of the theoretical instruments presented by Poulantzas specifically in *Political Power and Social Classes*, a work published in France in 1968 and with Brazilian translations from 1977 and 2019; 2) the debate with some classic theses of Brazilian sociology and political science to understand the formation and dynamics of national capitalism, in which there is a rejection of the theoretical eclecticism present in theses of sociologists at the University of São Paulo, and also a opposition to some Marxist authors like Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini and others; 3) conducting empirical research, with a strong analysis of documents and primary data.

Keywords: Politics; social classes; Brazil; Nicos Poulantzas.